



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 30 • 15 a 21/10/2006 • ISSN 1809-6182

Resenhas

20/10/2006 – Mandato da MINUSTAH é renovadop.01

Após aprovação unânime no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato da MINUSTAH é estendido por mais 6 meses. Tal renovação mostrou-se necessária devido à situação de instabilidade em que se encontra o Haiti.

19/10/2006 – Rússia impõe sanções severas à Geórgiap.04

A prisão de soldados russos, acusados de espionagem na Geórgia, exacerbou as tensões entre a última e a Rússia. Esta impôs uma série de sanções à Geórgia a qual, segundo o governo russo, estaria preparando um ataque aos territórios separatistas da Ossétia do Sul e de Abkházia.

06/10/2006 – O Diálogo de Alto Nível para Migração e Desenvolvimento: lições para a África.....p.06

Ocorreu nos dias 14 e 15 de setembro, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a primeira cúpula em nível ministerial sobre migração. Embora o encontro tenha sido um “Diálogo” – nome que não implica nenhum plano de ação ou compromisso – foi o primeiro passo para o tratamento multilateral de um tema politicamente muito sensível.

Mandato da MINUSTAH é renovado

Resenha
Segurança

Raphael Rezende Esteves
20 de outubro de 2006

Após aprovação unânime no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato da MINUSTAH é estendido por mais 6 meses. Tal renovação mostrou-se necessária devido à situação de instabilidade em que se encontra o Haiti.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, no dia 15 de agosto de 2006, uma resolução que renova o mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilidade do Haiti (MINUSTAH - sigla em francês), estendendo-o até o dia 15 de fevereiro de 2007. A decisão de renovação do mandato da MINUSTAH se deu de forma unânime e buscava garantir o combate ao crime e a redução da violência.

O mandato estabelece o aumento do número de tropas à disposição da missão de paz, de 6.200 para 7.200 soldados, assim como o aumento do número de oficiais de polícia, de 1.687 para 1.951.

Reconhecendo as dificuldades pelas quais o Haiti vem passando, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, requisitou no dia 3 de agosto que o Conselho de Segurança estendesse o mandato da MINUSTAH por 1 ano, ao invés dos usuais 6 meses. Annan apontou o alto índice de criminalidade, a regularidade com que seqüestros são praticados, a necessidade de fortalecimento do judiciário e a profissionalização da força policial. Entretanto, a requisição de Annan não foi atendida.

Conformando-se com as preocupações do Secretário Geral, a Organização das Nações Unidas (ONU) admitiu que crimes

violentos ainda estão fortemente presentes no Haiti, da mesma forma que grupos responsáveis por seqüestros estão ressurgindo, principalmente na capital Porto Príncipe. A situação do país apresenta-se como muito grave também devido à situação de fome e miséria de grande parte da população.

No dia 20 de outubro foram registrados enfrentamentos entre haitianos e integrantes da MINUSTAH. Estes teriam ocorrido na favela Cité Soleil, supostamente devido à derrubada de muros por tropas brasileiras objetivando a passagem de veículos leves. Três haitianos teriam sido mortos nos enfrentamentos. Apenas um soldado brasileiro se feriu, sem gravidade.

Conforme o Instituto de Pesquisas sobre Políticas Alimentares, criado para auxiliar os países na busca do melhor uso para novas técnicas agrícolas, a instabilidade política pela qual passou o país nos últimos anos acaba por comprometer programas de combate à insuficiência alimentar, que envolveriam medidas como redução da mortalidade infantil, da desnutrição infantil e do número de pessoas com deficiência alimentar. De acordo com o relatório deste instituto, o Haiti encontra-se na pior situação do continente americano no que se refere à insuficiência alimentar, seguido da Bolívia.



O Conselho de segurança requereu, que a MINUSTAH reestruturasse o programa de desarmamento da população, reintroduzisse de antigos combatentes na sociedade, por meio de medidas como a oferta de empregos para membros de gangues ou jovens em situações de risco. A missão também deveria atuar na contenção da entrada de drogas no país, no combate ao tráfico de armas e na reorganização das eleições legislativas e municipais, o mais rápido possível, em lugares nos quais o processo foi comprometido por alguma razão.

Em consonância com os esforços de fortalecimento da MINUSTAH e garantia de estabilidade no Haiti, os Estados Unidos suspenderam um embargo rigoroso que faziam à entrada de armas no país. Imposto em 1991, a primeira vez em que o Presidente Jean-Bertrand Aristide foi deposto, o embargo visava evitar que tanto o exército quanto gangues haitianas, ambos acusados de violações dos direitos humanos, comprassem armas no mercado estadunidense. Após reclamações do atual Presidente do Haiti, René Préval, de que o embargo acabava por comprometer o combate às gangues locais, os Estados Unidos permitiram que, a partir de 11 de outubro, o governo haitiano requisesse licenças para comprar armas naquele mercado.

Liderando a missão que busca a estabilidade do Haiti, o Brasil também toma medidas que possam auxiliar na recuperação do pobre país caribenho. O subsecretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Peraci, acertou com o Ministro da Agricultura do Haiti, Joanas Gué, um programa de transferência de tecnologia no que se refere ao biodiesel. Além de pequenos agricultores terem acesso à essa nova fonte energética, o acordo prevê a capacitação de técnicos e agricultores locais no processamento de produtos como frutas e hortaliças; mandioca; apicultura; leite e derivados. O Brasil também demonstrou que poderá

aumentar o contingente de engenheiros que participam de projetos de recuperação do Haiti. Atualmente 150 engenheiros brasileiros encontram-se no Haiti, número que poderia ser aumentado para 200 profissionais.

Embora tenha sido possível o estabelecimento de um processo eleitoral no Haiti, a situação de desordem e alta criminalidade ainda permanece no país. Ganhos significativos foram obtidos após o estabelecimento da MINUSTAH no país, mas a renovação do mandato da mesma reforça a necessidade de permanência dos esforços de organização do Estado haitiano em vários aspectos, como a capacidade de manutenção da segurança interna.

Referência

Sites:

Adital

<http://www.adital.com.br>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Organização das Nações Unidas

<http://www.un.org>

Ver também:

10/06/2004 - [Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade](#)

20/08/2004 - [Tropas brasileiras no Haiti](#)

07/10/2004 - [Situação Emergencial no Haiti](#)

22/10/2004 - [Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti](#)

29/06/2005 - [MINUSTAH e implicações](#)

[para as aspirações internacionais do Brasil](#)

22/09/2005 - [Eleições no Haiti](#)

01/12/2005 - [Eleições no Haiti são](#)

[remarcadas pela terceira vez](#)

10/02/2006 - [Eleições são realizadas no](#)

[Haiti, após quatro adiamentos](#)

22/02/2006 - [René Préval é proclamado](#)

[presidente eleito no Haiti](#)

Rússia impõe sanções severas à Geórgia

Resenha
Segurança

Luiz Fernando Neiva Liboreiro
19 de outubro de 2006

A prisão de soldados russos, acusados de espionagem na Geórgia, exacerbou as tensões entre a última e a Rússia. Esta impôs uma série de sanções à Geórgia a qual, segundo o governo russo, estaria preparando um ataque aos territórios separatistas da Ossétia do Sul e de Abkházia.

Após a prisão de quatro soldados russos acusados de espionagem, efetuadas em setembro de 2006, a Rússia impôs uma série de sanções à Geórgia. Essas sanções consistem em bloqueios aéreo, naval, terrestre e postal e, também, na suspensão de vistos à georgianos para a entrada na Rússia. Há duas semanas, o governo russo deportou um avião saído da Geórgia, alegando que este entrara ilegalmente no país. No dia 27 de setembro de 2006, em meio ao acirramento da crise entre os dois países, a Rússia retirou de Tbilisi, capital da Geórgia, todo o seu corpo diplomático. No início deste ano, a Rússia já havia banido a compra de alguns produtos provenientes do referido país, como vegetais e vinho.

No entanto, a imposição de sanções por parte do governo russo não se deve à prisão de seus soldados acusados de espionagem, o que segundo o Ministro de Assuntos Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, foi inventado pelo governo georgiano. Lavrov argumentou que seu país se preocupa bastante com a crescente militarização da Geórgia, e que as sanções serviriam para cortar os canais de financiamento que, segundo ele, estão tornando a compra de armamentos possível. A Rússia acusa a Geórgia de se

preparar para uma investida contra os territórios separatistas da Abkházia e Ossétia do Sul, já que Tbilisi recusou-se a assinar um compromisso de não utilização da força junto aos respectivos territórios.

A Ossétia do Sul assim como a Abkházia se separaram do controle da Geórgia na década de 90. O crescente nacionalismo nas duas regiões foi muito importante no processo separatista. As populações dos dois territórios são etnicamente diferentes dos georgianos. Os ossetianos do sul possuem origem persa e são maioria dentro da Ossétia do Sul. Na Abkházia, os abkhazianos têm origem muçulmana e representam cerca de 18% da população do território. A Geórgia lançou mão do uso da força para tentar acalmar os ânimos separatistas nessas regiões, o que não foi alcançado. Em 1991, tropas leais a Tbilisi se confrontaram com tropas da Ossétia do Sul, dentro dos limites territoriais do último. Depois de um cessar-fogo, realizado em 1992, tropas russas, georgianas e sul ossetianas foram designadas para manter a paz na região. Em 1992, tropas leais a Tbilisi entraram em confronto com tropas da Abkházia, ocupando a capital desta, Sukhumi. Grupos armados do norte do Cáucaso vieram em apoio às tropas abkhazianas e

recuperaram o território invadido pelas tropas de Tbilisi. Um cessar-fogo foi negociado e acordado em 1994, no qual tropas russas foram designadas para manter a paz na região.

A Geórgia mostra-se bastante preocupada com uma possível movimentação das tropas russas situadas ao longo das fronteiras georgianas, principalmente aquelas localizadas na Ossétia do Sul e na Abkházia, tendo em vista a aproximação das últimas com o governo russo. O Ministério de Relações Exteriores da Geórgia reclama da suspensão da retirada de duas bases militares russas de seu território, as quais Moscou comprometera-se a evacuar até 2008. Moscou se defende argumentando que não há segurança suficiente para a retirada de suas tropas, dada a crise instaurada entre os dois países. A Geórgia acusa, ainda, a Rússia de apoiar movimentos separatistas pró-russos na região do Cáucaso, no sentido de conferir instabilidade à política local.

A detenção dos militares russos na Geórgia exacerbou as tensões que já existiam entre Tbilisi e Moscou. Depois da chegada ao poder do atual presidente da Geórgia, Mikhail Saakashvili, em 2004, as relações Moscou-Tbilisi estão permeadas de constantes atritos. Saakashvili adota uma política voltada para uma maior aproximação com o ocidente e já demonstrou o seu desejo de futuramente negociar o ingresso da Geórgia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Européia (UE). Vale ressaltar que o atual presidente do referido país é o principal aliado dos Estados Unidos da América (EUA) na região do Cáucaso, área de tradicional influência russa.

A Rússia teme que a aproximação da Geórgia com o ocidente possa resultar no ingresso desta na OTAN e na UE. Isso representaria um substancial fracasso da diplomacia russa em manter sob sua influência a região do Cáucaso, além de abrir precedente para investidas de

movimentos separatistas anti-russos na área.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

The New York Times

<http://www.nytimes.com>

International Crisis Group

<http://www.crisisweb.org/>

Ver também:

09/09/2004 – [Tensão no Cáucaso](#)

23/09/2004 – [Redefinição de esferas de influência no Cáucaso: as questões tchetchena e georgiana](#)

O Diálogo de Alto Nível para Migração e Desenvolvimento: lições para a África

Resenha
Desenvolvimento

Frederico de Faria e Silva
06 de outubro de 2006

Ocorreu nos dias 14 e 15 de setembro, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a primeira cúpula em nível ministerial sobre migração. Embora o encontro tenha sido um “Diálogo” – nome que não implica nenhum plano de ação ou compromisso – foi o primeiro passo para o tratamento multilateral de um tema politicamente muito sensível.

Um debate sobre custos e benefícios da migração internacional caminhou lenta mas decisivamente para a agenda da ONU¹. Em 2004, seu Secretariado estabeleceu a Comissão Global sobre Migração Internacional (GCIM); e em 2005 a Assembleia Geral confirmou que um Diálogo de Alto Nível se realizaria no ano seguinte.

Embora o *site* oficial do evento informe que ele foi concebido e agendado “há mais de dois anos”², os termos do Diálogo e suas quatro mesas redondas são descritas na Resolução A/RES/60/227, de 7 de abril de 2006³. O Brasil participou da mesa redonda “2”, sobre direitos humanos e tráfico de pessoas.

Conforme o jornal *People’s Daily Online*, o Diálogo reuniu ministros e delegados de mais de 120 países para discutir questões

como remessas, contrabando e tráfico de pessoas, e parcerias bilaterais e regionais. “O relatório [do Secretário-Geral Kofi] Annan sobre migração internacional e desenvolvimento”, diz o jornal, “estima que 191 milhões de pessoas vivem [hoje] fora do país em que nasceram. Na estimativa mais recente, US\$ 173 bilhões em remessas (...) foram enviados a países em desenvolvimento em 2005”.

Contudo, um artigo de opinião publicado no *The Nation* de Nairobi põe esse número em perspectiva. “Como a *International Confederation of Free Trade Unions* aponta”, escreve o articulista Chukwu-Emeka Chikezie, “apenas 13% da renda dos imigrantes acha o caminho de casa na forma de remessas, 87% ficam no país de destino [de imigrantes]. Isto é uma distribuição justa de recursos?”. Conforme ele, a França e os Países Baixos ofereceram aos imigrantes incentivos fiscais para aumentar o volume de remessas. A delegação dos Países Baixos também expôs os esforços interministeriais de seu governo, levando três ministérios a produzirem juntos um documento para ser debatido pelos parlamentares. Em outra direção, o Zimbábue sugeriu que

¹ FARIA, João Silveira; LEITE, João Gabriel. *G-77’s Study Guide*. 9th Americas Model United Nations, UnB. 2006.

² <http://www.un.org/migration/>

³ Disponível em <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r60.htm>>.

países como o Reino Unido – “lar para um número crescente de trabalhadores zimbabuenses” – entregassem, diretamente para o governo do Zimbábue, os impostos recolhidos com remessas.

Para Chikezie, que trabalha na *African Foundation for Development* (AFFORD) os países africanos têm muito a aprender com os latino-americanos. Enquanto as delegações africanas estavam divididas, argumenta ele, as delegações da América Latina assumiam as posturas mais ousadas e apresentavam propostas sólidas que têm dado certo em seus países. Os países da América Latina reconhecem que “devem manter um contrato social significativo” com seus imigrantes se quiserem instrumentalizar a imigração em favor do desenvolvimento. Por esta razão, 33% das remessas para a América Latina são hoje revertidas em investimentos produtivos, enquanto no Mali, por exemplo, a taxa é de 5%.

Implicações

A diferença de salários entre trabalhadores de países desenvolvidos e em desenvolvimento – para exercer as mesmas funções – é muito grande. Chega a dez vezes ou mais. A diferença nos preços de *commodities* ou ativos financeiros, contudo, varia bem menos. Raramente excede a razão de 2 pra 1. Portanto, os ganhos advindos da abertura de mercados de trabalho são potencialmente muito maiores do que aqueles advindos da liberalização de capitais ou comércio: trabalhadores dos países pobres, emigrando, podem receber mais; os empregadores de países ricos, com o aumento da oferta de trabalhadores, podem pagar salários menores. Diante disso, não faz sentido despejar tantos recursos em arranjos como a OMC em vez de alocá-los para discutir migração.

Este é o argumento de Dani Rodrik, professor de Economia Política Internacional em Harvard. Mesmo um

relaxamento modesto de fronteiras, sustenta ele, poderia auferir US\$ 200 bilhões por ano para o mundo em desenvolvimento⁴.

O Professor Duval Fernandes, da PUC-Minas, também apresenta dados sobre os benefícios da migração. Segundo ele, as remessas (*remittances*) – dinheiro que imigrantes mandam para suas famílias no país de origem – desempenham importante papel na economia dos países em desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, dados do Banco Mundial indicam remessas anuais de US\$ 6,2 bilhões; dados do Banco Central, US\$ 4 bilhões. Isto é mais do que o país exporta em café ou automóveis.

Nem todos os governos do mundo, contudo, são tão entusiastas quanto Rodrik ou Fernandes sobre os efeitos benéficos da migração. Fala-se, por exemplo, no *brain drain* ou fuga de cérebros – a migração de trabalhadores altamente qualificados, nacionais de países em desenvolvimento, para os países desenvolvidos. Muitas vezes, os governos de países em desenvolvimento investem pesadamente na educação de seus acadêmicos, apenas para vê-los trabalhando em companhias estrangeiras no território de outro país. Ademais, o relaxamento de fronteiras tem implicações profundas para a segurança de um Estado.

Protestos

Uma matéria no *The Seoul Times* mostra que mais de 50 grupos que advogam direitos dos imigrantes congregaram-se numa reunião paralela – também em Nova Iorque – ao Diálogo de Alto Nível, em 14 de setembro. O chamado *Community Dialogue on Migration, Development and Human Rights* foi organizado pela ONG *Migrant Rights*

⁴ RODRIK, Dani. *Feasible Globalizations*, p. 19-20.

International (MRI). Segundo a MRI, apesar dos benefícios das remessas e das oportunidades de trabalho que imigrantes encontram em países ricos, seus direitos são violados. Eles recebem menos que trabalhadores locais e tem pouco acesso a serviços de saúde e educação. Para um porta-voz do evento, Jorge Bustamente, os grupos da sociedade civil foram excluídos do debate travado na ONU.

Seguimento

O Diálogo não resultou em nenhum projeto de Resolução para a Assembleia Geral, nem em uma declaração final. Contudo, o presidente de cada um dos quatro grupos de trabalho produziu um resumo das discussões. Esses resumos podem ser vistos no *site* do Diálogo⁵.

No artigo no *The Nation*, Chikezie informa que o primeiro fórum de seguimento (*follow-up forum*) do Diálogo ocorrerá na Bélgica em 2007.

Referência

RODRIK, Dani. **Feasible Globalizations**. CEPR Discussion Paper No. 3524. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=336660>. Acesso em 05 out 2006.

Sites:

All Africa

<http://allafrica.com/>

People's Daily

<http://english.people.com.cn>

The Seoul Times

<http://theseoultimes.com>

United Nations – International Migration

and Development

<http://www.un.org/migration/>

Discursos dos principais blocos políticos

http://english.people.com.cn/200609/16/eng20060916_303445.html

Todos os discursos do Diálogo

<http://www.un.org/migration/statements-a.html>

Discurso do Brasil

<http://www.un.org/webcast/migration/pdfs/brazil-e.pdf>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lúgia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

⁵ O link é <<http://www.un.org/esa/population/hldmigration/>>, na seção "Statements".